



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001875-80.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Substituição do Produto**  
 Requerente: **Jairo Mendes**  
 Requerido: **Luiz Américo Ricieri Maldonado Me e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Jairo Mendes move ação contra Mundo Motos Ltda – ME, Shineray do Brasil S/A, e Luiz Americo Ricieri Maldonado – ME, sustentando que adquiriu um Triciclo 200 Cargo fabricado pela Shineray, por meio de consórcio celebrado com a Mundo Motos. A entrega da motocicleta deu-se com significativo atraso e a documentação estava irregular, tendo havido enorme dificuldade – foi inclusive acionado o Procon - para a regularização dos documentos e, assim, a viabilização do uso do referido bem pelo autor. Quando isso ocorreu, porém, após percorridos apenas trezentos quilômetros com o triciclo, este apresentou defeito no motor, que expelia fumaça. A Mundo Motos encaminhou o veículo para a oficina Luiz Américo, que constatou estarem faltando peças do motor. A Mundo Motos foi contatada para encaminhar peças novas para o conserto, o que demorou tanto que, contatada a Shineray, esta encaminhou as peças para São Carlos e, indevidamente, o autor teve que deslocar-se a São Paulo para buscá-las, tendo injustamente suportado despesas com a viagem. As peças foram entregues na oficina de Luiz Américo e este, por sua vez, também injustamente, condicionou a liberação do triciclo ao pagamento de R\$ 428,60. O autor não tinha a obrigação nem condições financeiras de suportar o encargo, de modo que o triciclo permaneceu na oficina, em local desprotegido, sujeito às intempéries da natureza. Após certo tempo, com a ajuda financeira de terceiros, o autor efetuou o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagamento, e, ao retirar o triciclo, notou que o serviço havia sido mal executado, pois o motor emite barulho fora do normal. Se não bastasse, observou ainda novos defeitos, quais sejam, a ausência de protetor de cardan, falta de parafuso para prender molas do eixo traseiro, parte elétrica com os faróis alto e baixo invertidos, parafusos da roda invertidos, espelho retrovisor irregular. Tendo em vista a existência de vício de produto e de serviço, pede (a) a substituição do triciclo por um novo ou a restituição do valor pago de R\$ 11.600,00 (b) restituição do montante de R\$ 428,60 pago à oficina Luiz Americo (c) condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais. Requer a inversão do ônus probatório.

Liminar indeferida, fls. 129.

Luiz Américo contestou, fls. 141/149, alegando ausência de reponsabilidade por eventuais danos suportados pelo autor.

Shineray contestou, fls. 159/174, alegando ausência de responsabilidade por eventuais danos suportados pelo autor, mesmo porque os vícios foram sanados, e outros porventura surgidos certamente tem origem no desgaste natural.

Mundo Motos não contestou, fls. 191.

Réplica às fls. 195/214.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A prova pericial, a esta altura, embora cogitada quando da propositura da ação, resta prejudicada, porquanto o triciclo foi retirado pelo autor em 14.11.2015 e esta em uso por ele desde então, ou seja, há quase um ano. Perícia não teria condições de aferir se eventuais problemas tem origem em conserto insuficiente ou mal-feito por Luiz Americo, ou fatos supervenientes,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

decorrentes do uso posterior.

De qualquer maneira, tal questão não é relevante pois o conjunto probatório amealhado indica, de modo certo, a existência de vício de produto e na prestação dos serviços de assistência pós-venda, suficientes para o acolhimento da pretensão inaugural, como veremos a seguir.

O triciclo foi adquirido em 02.04.2015, por R\$ 11.600,00 (fls. 54).

O autor sofreu inegáveis transtornos, comprovados nos autos, por razões distintas.

A primeira diz respeito a irregularidades inconcebíveis na nota fiscal e pela ausência de cadastro do veículo na Receita Federal e no Detran, que impediram-no de emplacar o triciclo e, portanto, utilizá-lo (fls. 63/64). Segundo fls. 82, a moto só foi emplacada em 06.05.2015. Está provada a ausência de registro no sistema Renavam (fls. 65). A fim de solucionar o problema, teve que efetivar reclamação via Procon (fls. 72). Também valeu-se do site Reclame Aqui (fls. 73/75). Esse problema veio a ser resolvido, conforme inicial e notificação encaminhada em 17.04.2015 (fls. 81: "este problema já foi resolvido"), mas foi um transtorno inicial imputável solidariamente às rés Mundo Motos Ltda – ME, Shineray do Brasil S/A, que tem participação conjunta e coordenada relativamente à inserção do bem no mercado de consumo, o que deveria ter ocorrido já com tais cadastros efetivados, estando o triciclo em condições imediatas de emplacamento.

A segunda diz respeito aos defeitos apresentados logo após a entrega do triciclo e, como é incontroverso nos autos, após rodar por apenas trezentos quilômetros. Tais problemas já haviam sido notados em 28.05.2015, confira-se e-mail de fls. 76 (encaminhado ao Inmetro, tinha o objetivo de solucionar dúvidas sobre parâmetros de segurança relativamente ao referido bem): motor com 350km queimando óleo e vazando pelo escapamento; ausência de protetor de cardam; ausência de parafuso para prender as molas do eixo traseiro; inversão dos faróis alto / baixo; inversão de alguns parafusos da roda.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Também foram reproduzidos em notificação extrajudicial, fls. 81/83.

Somente após e-mail e denúncia no Reclame Aqui, houve resposta, fls. 89, no sentido de que triciclo deveria ser encaminhado à assistência técnica em Ibaté. Isso ocorreu no final de julho. O orçamento do triciclo, pela oficina, já havia sido realizado em 23.07.15, fls. 89, infra.

Todavia, houve inequívoco e intolerável atraso no encaminhamento de peças para a oficina consertar. Isso consta, por exemplo, no e-mail de fls. 95, encaminhado em 13.08.2015 (ou no de fls. 100, encaminhado em 18.08.2015, desta feita à Shineray), data em que o consumidor ainda aguardava (a) o encaminhamento das peças à oficina (b) confirmação, por parte das fornecedoras, de que assumiam a responsabilidade pelo conserto. Quanto ao fato de que as peças ainda não haviam chegado, foi confessado por Jamil, e-mail infra de fls. 95. Leia-se ainda a sequência de mensagens de fls. 96.

Não bastasse a inércia e dificuldade das fornecedoras em encontrar as peças necessárias para os reparos, verificamos às fls. 101 que de fato o autor teve que buscá-las em Carapicuíba, por conta própria, para acelerar procedimento voltado ao conserto, vindo a suportar um ônus que certamente não era seu.

Somente em outubro.2015, segundo consta às fls. 90, as peças necessárias foram disponibilizadas; e, ainda assim, sem qualquer compromisso, por parte das fornecedoras Shineray e Mundo Motos, no sentido de que assumiriam integralmente as despesas com o conserto, conforme réplica do consumidor, fls. 90, infra. A moto ficou pronta em outubro, certamente antes do dia 10 (e-mail de Luiz Americo, fls. 104).

Mas o conserto não foi suficiente a solução do problema concreto do autor. Isto porque não houve a assunção integral da responsabilidade, por parte das fornecedoras. Com efeito, não bastasse o atraso inadmissível para o fornecimento das peças, observamos no primeiro e-mail de fls. 103 que, no início de outubro.2013, a Shineray assumira a responsabilidade apenas parcial



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pelos pagamentos (mão de obra do motor, R\$ 250,00). O restante, deixou ao encargo de solução entre o autor, a Mundo Motos e Luiz Americo.

Enquanto isso, a moto estava parada. Aliás, a Shineray confirma, em e-mail encaminhado a Luiz Americo em 09.10.2015, que a moto estava parada desde abril.2015, fls. 104.

Mas não houve solução amigável. Em 27.10.2015 o autor encaminha e-mail solicitando solução porque isso não havia, ainda, sido resolvido, fls. 107. No dia 01.11.2015, apresenta reclamação via Reclame Aqui, informando que aguardava, ainda, a liberação, fls. 118.

Somente em 14.11.2015 o veículo foi entregue ao autor! (fls. 121/122) Observe-se que, por problemas absolutamente não relacionados ao autor, o triciclo permaneceu na oficina, para conserto, por um tempo de nada mais nada menos que sete meses.

Sobre o ponto, cabe frisar ainda ser indevida a (incontroversa) conduta de Luiz Americo de condicionar a entrega do bem ao pagamento pelos serviços. Tal procedimento não possui base jurídica. O réu não tem direito de retenção. Deveria ter devolvido o veículo do autor e, se o caso, buscado pelas vias próprias cobrar o seu crédito. "(...) A retenção do veículo pela oficina, a pretexto de não pagamento do preço do serviço, não tem base legal (...)" (TJSP, Ap. 4002635-54.2013.8.26.0510, Rel. Adilson de Araujo, 31ª Câmara de Direito Privado, j. 01/07/2014).

Indo adiante, emerge dos autos que foi o autor quem, no final das contas, suportou integralmente a despesa pertinente. Aliás, sequer a Shineray pagou os R\$ 250,00 que havia anteriormente assumido.

Pois bem. Retirado o veículo no dia 14.11.2015, no dia seguinte, conforme fls. 123, o autor já manifestou sua insatisfação a Luiz Americo, pois, embora resolvido (pelo que notou naquele momento) o problema do motor, diversos outros problemas faziam-se presentes (relatados no e-mail de fls. 123, ao qual me reporto, muitos dos quais, aliás, já haviam sido reportados anteriormente).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O e-mail foi encaminhado a Luiz Americo no dia 15.11., entretanto não houve resposta, razão pela qual, em 19.11 e 23.11, o autor encaminha novos e-mail, fls. 123/124, solicitando resposta. Sempre sem sucesso.

Nesse cenário probatório, está comprovada a falha na prestação dos serviços, por parte dos três réus, o que não significa, porém, sejam iguais as responsabilidades.

Cabe frisar que a demora para o conserto, extrapolando e muito o prazo de 30 dias previsto no art. 18, § 1º do CDC, já era motivo suficiente para o acolhimento da pretensão autoral.

No caso em tela, nada indica, ainda, esteja o autor de má-fé ao encaminhar e-mail a Luiz Americo, já no dia seguinte ao recebimento do veículo da oficina, relatando vícios que persistiam. Claro está que não houve solução satisfatória. Saliente-se, aqui, que o veículo somente não foi novamente deixado na oficina por inércia desta, vez que o representante legal não respondia os e-mails do autor, fls. 123/124.

Nenhum elemento probatório indica, ademais, que os vícios manifestados logo após a aquisição tenham origem no mau uso do bem, pelo autor, mesmo porque o triciclo havia rodado apenas 350 quilômetros.

São situações inclusive abrangidas pela garantia da fabricante, fls. 61.

Por oportuno, cabe observar o despropósito da tese da Shineray no sentido de que o veículo teria ficado muito tempo sob a posse do autor, ante a farta prova documental de que esteve na oficina entre abril e novembro.

O direito à substituição ou ressarcimento tem amparo no art. 18, § 1º do CDC.

A solidariedade está prevista, tanto para o vício do produto, nos arts. 18/19 do CDC, assim como no art. 25, § 1º.

Todavia, admite-se o afastamento da responsabilidade de algum fornecedor se comprovada a ausência de qualquer nexos causal entre sua atividade e o dano. Fato relevante, como notamos abaixo.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Quanto ao montante desembolsado pelo autor com o conserto, derá ser ressarcido pela Mundo Motos Ltda (comerciante) e Shineray (fabricante), em regime de solidariedade. Não se condena Luiz Américo neste item porquanto trata-se de justa remuneração por seus serviços.

Quanto ao pleito de substituição do triciclo por outro de mesma espécie ou restituição do valor pago, também deve ser acolhido em relação a Mundo Motos Ltda (comerciante) e Shineray (fabricante), mas não no que toca a Luiz Americo. As duas primeiras são responsáveis pela inserção do triciclo no mercado de consumo. O mesmo não diz no que toca à oficina, que simplesmente efetuou o conserto do bem. Não há o menor nexo de causalidade que viabilize a responsabilização da oficina, aqui.

Por fim, no que alude aos danos morais, pressupõe este a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra objetiva e a honra subjetiva. Isto, em qualquer ordenamento jurídico que atribua centralidade ao homem em sua dimensão ética, ou seja, à dignidade da pessoa humana, como ocorre em nosso caso (art. 1º, III, CF).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial, embora ela seja pressuposta. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denomina Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

Trata-se do caso dos autos. O autor sofreu triplamente pela conduta dos três réus. A Shineray e a Mundo Motos falharam, primeiramente, ao entregarem um triciclo irregular sem condições de ser emplacado. Na sequência, o veículo apresentou defeitos e essas rés falharam enormemente no que diz respeito à entrega das peças em tempo hábil para um conserto tempestivo, seja pela demora propriamente dita, seja por fazer com que o autor tenha tido que ir buscar as peças em Carapicuíba. Por fim, após a finalização do conserto, falharam Shineray e a Mundo Motos ao não efetuarem o pagamento da oficina, ao recusarem responsabilidade integral sem qualquer justificativa, e a oficina ao reter o veículo indevidamente.

Tal conjunto mostra-nos que o autor foi exposto a tratamento absolutamente desrespeitoso e humilhante, que certamente acarreta danos morais indenizáveis constatáveis in ipsa, à luz da reação de qualquer homem médio teria, nas circunstâncias.

Outra questão diz respeito ao valor da indenização, caso identificado o dano moral. A dificuldade está em se mensurar a indenização, pois a régua que mede o dano não é a mesma que mede a indenização. Se o dano é material, o patrimônio e sua variação constituem





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

parâmetros objetivos para a indenização<sup>1</sup>. Há equivalência lógica entre o dano e a indenização, porque ambos são conversíveis em pecúnia. Isso não se dá, porém, em relação ao dano moral. Por sua natureza, inexistem parâmetros para se medir, em pecúnia, a extensão do dano não patrimonial.

Isso significa que um pagamento em dinheiro jamais reparará o dano moral, vez que a dignidade aviltada pela lesão não é restituída, com qualquer pagamento, à situação existente antes do dano.

Tal circunstância bem explica a impossibilidade de se arbitrar, de modo objetivo, o valor da indenização, com base na extensão do dano. Com efeito, é teoricamente possível, embora não sem esforço, graduar as lesões a direitos da personalidade, ao menos a título comparativo, podendo-se definir, de caso concreto em caso concreto, segundo critérios de razoabilidade, níveis de intensidade da lesão. Mas da graduação do dano não se passa, objetivamente, à gradação da indenização, que se dá em pecúnia. O problema não é resolvido. Por esse motivo, tem-se a inaplicabilidade, ao menos total, da regra do art. 944 do CC, segundo a qual “a indenização mede-se [apenas] pela extensão do dano”.

A indenização deve levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida.

Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor pelo mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

**Mas a punição é função secundária, e não autoriza indenizações em patamar**

<sup>1</sup> No caso do dano emergente, paga-se o montante estimado para o restabelecimento do patrimônio anterior, que foi diminuído. No caso dos lucros cessantes, paga-se valor estimado com base na expectativa razoável de acréscimo patrimonial, que foi obstado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

extraordinário como as verificadas em outros ordenamentos jurídicos, mormente no norte-americano por intermédio dos punitive damages.

Nosso sistema jurídico não prevê essa figura, consoante lição do STJ: “(...) A aplicação irrestrita das punitive damages encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.” (AgRg no Ag 850.273/BA, Rel. Min. Des. Convocado HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO do TJ/AP, 4ªT, j. 03/08/2010).

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima, como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

Quanto ao caso concreto, o conjunto de aflições impostas pelos réus ao autor autoriza que a condenação por danos morais seja arbitrada no mesmo valor do bem, ou seja R\$



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

11.600,00.

Assim, julgo parcialmente procedente a ação e (a) condeno Mundo Motos e Shineray, solidariamente, a substituírem ao autor o triciclo por outro novo, de modelo correspondente, na data em que entregue, ao que foi à época adquirido pelo autor, ou, a critério do autor, a pagar-lhe R\$ 11.600,00, com atualização monetária desde 02.04.2015 e juros moratórios desde a citação (b) condeno Mundo Motos e Shineray, solidariamente, a pagarem ao autor R\$ 428,60, com atualização monetária desde 14.11.2015 (fls. 121/122) e juros moratórios desde a citação (c) condeno Mundo Motos, Shineray e Luiz Americo, solidariamente, a pagarem ao autor R\$ 11.600,00, com atualização monetária desde a presente data, e juros moratórios desde a citação.

Atualização pela tabela do TJSP; juros de 1% ao mês.

Como o autor decaiu de parte mínima do pedido, são os três réus condenados nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

P.I.

São Carlos, 01 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**